



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Comissão de Legislação Participativa

AUTOR:  
Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul -  
CONDESESUL

DATA DE ENTREGA  
13/07/2010

### EMENTA:

Sugere projeto de lei que acrescenta o art. 284-A ao Código Penal, estabelecendo que, nos delitos de exercício ilegal de profissão, a comprovação do perigo concreto se faz necessária.

### DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

PARECER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

## **SUGESTÃO Nº 222/2010**

### **CADASTRO DA ENTIDADE**

**Denominação:** Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL

**CNPJ:** 03.005.604/0001-19

**Tipos de Entidades:** ( ) Associação ( ) Federação ( ) Sindicato

( ) ONG ( X ) Outros (CONSELHO)

**Endereço:** Rua Francisco de Vasconcelos, 125 e Rua Iraí de Minas, s/nº, Centro

**Cidade:** Estrela do Sul **Estado:** MG **CEP:** 38.525-000

**Fone:** (34) 3843.1317 / 3843.1397 / 1141 **Fax:** (34) 3843-1317

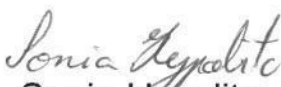
**Correio-eletrônico:** andreluis\_melo@yahoo.com

**Responsáveis:** Presidente Zoilda da Paz

### **DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos Incisos "I" e "II" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, do Conselho supramencionado, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, 13 de julho de 2010.

  
Sonia Hypolito  
Secretária da Comissão

EXMO. Sr. Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados

39

O CONDESESUL, encaminha à Egrégia Comissão, Sugestão de Projeto de Lei para estabelecer que nos delitos de exercício ilegal da profissão há necessidade de comprovar o perigo concreto.

Pede Deferimento

Estrela do Sul-MG, 20/12/09

  
Zoilda da Paz

SUG de Projeto de Lei

Estabelecer que nos delitos de exercício ilegal da profissão há necessidade de comprovar o perigo concreto.

**Art 1º.** Acrescenta o artigo 284-A ao Código Penal:

Art. 284-A. Os delitos de exercício ilegal da profissão previstos nos arts. 282 e 84 do Código Penal, bem como 47, 48 e 49 da Lei de Contravenções Penais são delitos de perigo concreto em que há necessidade de provas do risco à segurança e à vida para caracterização dos mesmos.

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

#### **Justificativa:**

A Constituição Federal de 1988 assegura a liberdade profissional, logo é preciso ressaltar que o nosso Código Penal é da década de 40 em que o Varguismo imperava e acabou por atender aos reclamos das organizações profissionais que buscavam criminalizar a concorrência.

Hoje com a evolução do Direito que prioriza o perigo concreto para caracterizar crimes e que estamos diante de uma grande interdisciplinariedade dos conhecimentos e profissões, somente poderíamos pensar em processo penal em caso de risco à saúde e vida das pessoas e não apenas como meio de impedir a difusão.

A rigor, não se está descriminalizando, mas apenas exigindo a comprovação do perigo concreto, pois atualmente algumas corporações fazem convênios com órgãos de repressão estatal e isso inicia prisões e processos, por fatos que nem geram prova de risco à população.

Por fim, a sugestão não altera os tipos penais, apenas acresce a exigência da prova do perigo concreto o que coaduna com o Estado Democrático de Direito para a atuação criminal, o que não impede que sejam tomadas outras medidas administrativas e cíveis.

